

EDITAL DE CHAMAMENTO 02/2014

Tornamos público, para conhecimento dos interessados, que acha-se aberto, o **Edital de Chamamento Público 02/2014**, que objetiva o **credenciamento de Hospitais regulares para a realização de procedimentos cirúrgicos de caráter eletivo, por prazo determinado, mediante remuneração fixada em 3 (três vezes) o valor da Tabela Oficial do SUS**, regido pela Lei Federal Nº: 8.666/93 e demais legislações expressa no item 3, deste Edital.

1 - DO OBJETO

1.1. A presente licitação visa a escolha da melhor proposta, nos termos do item 7 deste Edital, objetivando o **credenciamento de Hospitais regulares para a realização de procedimentos cirúrgicos de caráter eletivo, por prazo determinado, mediante remuneração fixada em 3 (três vezes) o valor da Tabela Oficial do SUS**, nos moldes do descrito e estimado no “Anexo B” ao presente Instrumento Convocatório.

1.2. O fornecimento será interrompido se ocorrer o término da quantia estimada pela Prefeitura, se não houver a necessidade de sua totalidade, a critério da Prefeitura ou até o término do respectivo contrato, prevalecendo o que ocorrer primeiro, podendo ser aditado em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme o disposto no § 1º, do artigo 65, da Lei Federal Nº: 8.666/93 e alterações.

2 - DOS RECURSOS FINANCEIROS

2.1. A despesa originada por esta contratação será atendida pela dotação orçamentária: 04.01. 10.302.0031. 2.009. (54) 33.90.39. – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, constante do orçamento-programa para o exercício econômico e financeiro de 2014.

3 - DO SUPORTE LEGAL

3.1. Este Edital de Chamamento é regulado pelos seguintes dispositivos legais:

- 3.1.1. Constituição Federal;
- 3.1.2. Lei Orgânica Municipal;
- 3.1.3. Lei Federal Nº: 8.666/93 e posteriores alterações (artigo 25);
- 3.1.4. Lei nº 8.080/90;
- 3.1.5. Portaria nº 1.286/93;
- 3.1.6. Demais disposições legais aplicáveis, inclusive, os princípios gerais

de Direito.

4 - DO FORNECIMENTO DE INFORMAÇÕES E DA CONDIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO

4.1. A Prefeitura fornecerá, à Rua 01A, 332, Centro, Santa Gertrudes/SP, cópia deste Edital com seus elementos técnicos constitutivos, no horário das 09:00 às 16:00 horas.

4.1.1. O Edital com seus elementos técnicos constitutivos também estarão disponíveis no site www.santagertrudes.sp.gov.br.

4.2. Em caso de não solicitação pelos proponentes, de esclarecimento e informações, pressupõe-se que os elementos fornecidos são suficientemente claros e precisos, não cabendo, portanto, posteriormente, o direito a qualquer reclamação.

4.3. Não será permitida a participação de empresas:

4.3.1. Declaradas inidôneas, suspensas ou impedidas de licitar ou contratar com o poder público em quaisquer de suas esferas;

4.3.2. Que estejam em processo de falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial;

4.3.3. Reunidas em consórcio, qualquer que seja a sua forma de constituição;

4.3.4. Empresas das quais participe, seja a que título for, servidor público ou dirigente deste Município, nos moldes do artigo 9º, da Lei Federal 8.666/93 e posteriores alterações.

5 - DOS PRAZOS - DOS DOCUMENTOS - DA PROPOSTA

5.1. As empresas interessadas poderão inscrever-se para Credenciamento a partir da publicação do presente instrumento no Diário Oficial do Estado, mural de avisos da Prefeitura, jornal de grande circulação e no site do Município de Santa Gertrudes – www.santagertrudes.sp.gov.br.

5.2. Considerar-se-ão credenciadas as empresas que apresentarem os documentos enumerados no item 5.4.2. deste instrumento.

5.3. Os interessados poderão solicitar inscrição no Credenciamento no período de 03/06/2014 a 25/06/2014.

5.3.1. As inscrições serão analisadas periodicamente, e, findo o prazo estabelecido no item 5.3., não será dado novo prazo para entrega de documentos faltantes, salvo disposições legais que tratam do assunto.

5.3.2. Haverá rodízio das empresas que se cadastrarem para a realização dos serviços.

5.4. Os interessados deverão entregar no serviço de protocolo da Prefeitura, à Rua 01A, 332, Centro, Santa Gertrudes/SP, **no horário das 09:00 as 16:00 horas, dentro do período descrito no item 5.3.,** a documentação correspondente a sua participação, em envelope **opaco, indevassável e fechado**, contendo em sua parte externa o nome da empresa proponente e seu endereço, bem como o número do presente Edital de Chamamento, a saber:

5.4.1. Envelope de Documentos:

Prefeitura do Município de Santa Gertrudes;
Rua 01A, 332, Centro, Santa Gertrudes/SP;
Envelope de Documentos;
Edital de Chamamento Público 02/2014;

Dados do Participante:
Razão Social:
Endereço Completo:
Telefone:
CNPJ:

5.4.2. Conteúdo do Envelope de Documentos:

5.4.2.1. Os documentos exigidos no envelope, quando o interessado for pessoa jurídica são:

5.4.2.1.1. Habilitação jurídica:

5.4.2.1.1.1. Registro Comercial, em caso de empresa individual;

5.4.2.1.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado do documento de eleição de seus administradores;

5.4.2.1.2. Regularidade fiscal e trabalhista:

5.4.2.1.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, do Ministério da Fazenda, com validade em vigor (www.receita.fazenda.gov.br);

5.4.2.1.2.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, através da apresentação da Certidão Conjunta Negativa de débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, conforme determina a Portaria Conjunta PGFN/RFB Nº: 02, de 31 de agosto de 2005, com prazo de validade em vigor (www.receita.fazenda.gov.br);

5.4.2.1.2.3. Certidão Negativa de Débito – CND, com validade em vigor, relativa à seguridade social, expedida pelo Ministério da Previdência e Assistência Social - MPAS, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei (www.receita.fazenda.gov.br);

5.4.2.1.2.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, com validade em vigor, nos moldes do que estabelece a Lei Federal 12.440/2011, de 07 de julho de 2011 (www.tst.jus.br);

5.4.2.1.2.5. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, através da apresentação de Certidão Negativa de Débitos de Tributos Mobiliários (ICM/ICMS), na forma da Lei, com prazo de validade em vigor;

5.4.2.1.2.6. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, através da apresentação de Certidão Negativa de Débitos, compreendendo Tributos Mobiliários, na forma da Lei, com prazo de validade em vigor;

5.4.2.1.2.7. Certificado de Regularidade – CRF perante os recolhimentos do FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, com validade em vigor, fornecido pela Caixa Econômica Federal, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei (www.caixa.gov.br);

5.4.2.1.2.8. As provas de regularidade deverão ser feitas por Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa;

5.4.2.1.2.8.1. Considera-se Positiva com efeitos de Negativa a certidão em que conste a existência de créditos não vencidos; em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora; ou cuja exigibilidade esteja suspensa por moratória, ou depósito de seu montante integral, ou reclamações e recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo ou concessão de medida liminar em mandado de segurança;

5.4.2.1.3. Habilitação Técnica:

5.4.2.1.3.1. Relação dos profissionais da empresa (Modelo Anexo D);

5.4.2.1.3.2. Licença Sanitária e alvará de funcionamento;

5.4.2.1.3.3. Declaração de capacidade técnica (Modelo Anexo E);

5.4.2.1.3.4. Listagem dos procedimentos que se propõe realizar, desde que contidos na relação de procedimentos do item 5.4.2. do presente certame (Modelo Anexo B);

5.4.2.1.3.5. Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (CNES);

5.4.2.1.4. Declarações:

5.4.2.1.4.1. Anexo A – Requerimento para Credenciamento;

5.4.2.1.4.2. Anexo C - Formulário de Dados Cadastrais e Declarações;

5.5. As empresas serão inicialmente credenciadas pela ordem de apresentação do envelope contendo os documentos de habilitação;

5.6. Aos inscritos será fornecido um certificado comprovando credenciamento junta a PREFEITURA;

5.7. A atuação do credenciado no cumprimento de obrigações assumidas será anotada no respectivo registro cadastral;

5.8. A qualquer tempo poderá ser alterado, suspenso ou cancelado o credenciamento do inscrito que deixar de satisfazer as exigências estabelecidas para o credenciamento;

5.9. Notas explicativas importantes:

5.9.1. Os documentos para o credenciamento poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia preferencialmente autenticada por tabelião de notas, por servidor da Prefeitura ou através de publicação na Imprensa Oficial.

5.9.2. Em todas as hipóteses referidas neste item, não serão aceitos protocolos e nem documentos com prazo de validade vencido.

6 - JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO

6.1. De acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde serão credenciados prestadores de serviços, conforme os critérios de classificação abaixo:

6.1.1. Empresas filantrópicas e as sem fins lucrativos;

6.1.2. Empresas domiciliadas na área de abrangência da DIR XV – Piracicaba;

6.1.3. Avaliação obtida no Programa Nacional de Avaliação dos Serviços Hospitalares (PNASH);

6.1.4. Indicadores clássicos de produtividade: taxa de ocupação, tempo médio de permanência, número de saídas hospitalares, taxa de mortalidade institucional, taxa de cesárea, taxa de infecção hospitalar;

6.1.5. Produção de cirurgias ambulatoriais, de pacientes em hospital dia;

6.1.6. Cirurgias disponíveis, número de médicos contratados, número de especialidades disponíveis, exames realizados;

6.1.7. Comprovação de protocolos clínicos (protocolos de atendimento no hospital), nas áreas afins;

6.1.8. Avaliação dos óbitos hospitalares;

6.1.9. Existência de sistema de apropriação de custos.

7 – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

7.1. A remuneração pela prestação dos serviços será idêntica para todas as empresas credenciadas e corresponderá ao valor apresentado na tabela abaixo, que corresponde a 3 (três vezes) o valor da Tabela Oficial do SUS:

Código	Descrição	Valor SUS R\$	Valor do Credenciamento R\$
04.04.01.001-6	ADENOIDECTOMIA	348,18	1.044,54
04.08.06.001-8	ALONGAMENTO / ENCURTAMENTO MIOTENDINOSO	253,93	761,79
04.04.01.002-4	AMIGDALECTOMIA	306,57	919,71
04.04.01.003-2	AMIGDALECTOMIA C/ ADENOIDECTOMIA	337,22	1.011,66

04.08.03.027-5	ARTRODESE TORACO-LOMBO-SACRA POSTERIOR (TRES NIVEIS - INCLUI INSTRUMENTACAO)	2.781,70	8.345,10
04.08.06.005-0	ARTRODESE DE PEQUENAS ARTICULACOES	213,79	641,37
04.08.04.005-0	ARTROPLASTIA DE QUADRIL PARCIAL	1.570,66	4.711,98
04.08.05.005-5	ARTROPLASTIA TOTAL DE JOELHO - REVISAO / RECONSTRUCAO	1.541,34	4.624,02
04.08.04.007-6	ARTROPLASTIA TOTAL DE QUADRIL (REVISAO / RECONSTRUCAO)	1.678,87	5.036,61
04.08.05.006-3	ARTROPLASTIA TOTAL PRIMARIA DO JOELHO	1.154,84	3.464,52
04.08.04.008-4	ARTROPLASTIA TOTAL PRIMARIA DO QUADRIL CIMENTADA	1.635,27	4.905,81
04.08.04.009-2	ARTROPLASTIA TOTAL PRIMARIA DO QUADRIL NAO CIMENTADA / HIBRIDA	1.214,72	3.644,16
04.08.06.021-2	RESSECCAO DE CISTO SINOVIAl	91,49	274,47
04.07.03.002-6	COLECISTECTOMIA	695,77	2.087,31
04.09.07.005-0	COLPOPERINEOPLASTIA ANTERIOR E POSTERIOR	472,43	1.417,29
04.09.06.002-0	COLPOPERINEOPLASTIA ANTERIOR E POSTERIOR C/ AMPUTACAO DE COLO	449,20	1.347,60
04.05.02.001-5	CORRECAO CIRURGICA DE ESTRABISMO (ACIMA DE 2 MUSCULOS)	694,88	2.084,64
04.05.02.002-3	CORRECAO CIRURGICA DO ESTRABISMO (ATE 2 MUSCULOS)	485,37	1.456,11
04.09.06.004-6	CURETAGEM SEMIOTICA C/ OU S/ DILATACAO DO COLO DO UTERO	167,42	502,26
04.08.02.032-6	TRATAMENTO CIRURGICO DE DEDO EM GATILHO	241,15	723,45
04.08.06.057-3	TRATAMENTO CIRURGICO DE DEDO EM MARTELO / EM GARRA (MAO E PE)	268,41	805,23
04.08.03.038-0	DISCECTOMIA CERVICAL / LOMBAR / LOMBO-SACRA POR VIA POSTERIOR (1 NIVEL C/ MICROSCOPIO)	1.720,27	5.160,81
04.04.01.010-5	ESTAPEDECTOMIA	676,26	2.028,78
04.04.02.008-9	EXCISAO DE RANULA OU FENOMENO DE RETENCAO SALIVAR	156,17	468,51
04.08.05.091-8	TRATAMENTO CIRURGICO DO HALUX VALGUS S/ OSTEOTOMIA DO PRIMEIRO OSSO METATARSIANO	336,60	1.009,80
04.07.02.028-4	HEMORROIDECTOMIA	315,94	947,82
04.08.03.040-2	DISCECTOMIA CERVICAL / LOMBAR / LOMBO-SACRA POR VIA POSTERIOR (DOIS NIVEIS)	1.005,48	3.016,44
04.07.04.009-9	HERNIOPLASTIA INGUINAL (BILATERAL)	426,02	1.278,06
04.07.04.010-2	HERNIOPLASTIA INGUINAL / CRURAL (UNILATERAL)	445,51	1.336,53

04.07.04.012-9	HERNIOPLASTIA UMBILICAL	434,99	1.304,97
04.07.04.008-0	HERNIOPLASTIA INCISIONAL	539,92	1.619,76
04.09.06.013-5	HISTERECTOMIA TOTAL	634,03	1.902,09
04.07.04.016-1	LAPAROTOMIA EXPLORADORA	637,19	1.911,57
04.04.01.017-2	LARINGECTOMIA PARCIAL	1.073,02	3.219,06
04.04.01.018-0	LARINGECTOMIA TOTAL	980,31	2.940,93
04.04.01.019-9	LARINGECTOMIA TOTAL C/ ESVAZIAMENTO CERVICAL	980,31	2.940,93
04.08.02.054-7	TRATAMENTO CIRURGICO DE LUXACAO OU FRATURA-LUXACAO DO COTOVELO	311,42	934,26
04.08.01.018-5	TRATAMENTO CIRURGICO DE LUXACAO / FRATURA-LUXACAO ACROMIO-CLAVICULAR	377,59	1.132,77
04.04.01.023-7	MICROCIRURGIA OTOLOGICA	376,75	1.130,25
04.09.06.019-4	MIOMECTOMIA	528,94	1.586,82
04.03.02.005-0	MICRONEUROLISE DE NERVO PERIFERICO	785,04	2.355,12
04.09.06.021-6	OOFORECTOMIA / OOFOROPLASTIA	509,86	1.529,58
04.08.05.076-4	TRATAMENTO CIRURGICO DE PE TORTO CONGENITO	284,06	852,18
04.09.05.008-3	POSTECTOMIA	219,12	657,36
04.08.02.058-0	TRATAMENTO CIRURGICO DE PSEUDARTROSE AO NIVEL DO COTOVELO	444,08	1.332,24
04.08.05.017-9	RECONSTRUCAO LIGAMENTAR INTRA-ARTICULAR DO JOELHO (CRUZADO POSTERIOR C/ OU S/ ANTERIOR)	1.602,18	4.806,54
04.08.05.016-0	RECONSTRUCAO LIGAMENTAR INTRA-ARTICULAR DO JOELHO (CRUZADO ANTERIOR)	1.602,18	4.806,54
04.08.06.037-9	RETIRADA DE PLACA E/OU PARAFUSOS	225,26	675,78
04.04.01.048-2	SEPTOPLASTIA PARA CORRECAO DE DESVIO	247,46	742,38
04.04.01.052-0	SEPTOPLASTIA REPARADORA NAO ESTETICA	213,75	641,25
04.08.01.014-2	REPARO DE ROTURA DO MANGUITO ROTADOR (INCLUI PROCEDIMENTOS DESCOMPRESSIVOS)	295,75	887,25
04.03.02.012-3	TRATAMENTO CIRURGICO DE SINDROME COMPRESSIVA EM TUNEL OSTEO-FIBROSO AO NIVEL DO CARPO	347,62	1.042,86
04.04.01.032-6	SINUSOTOMIA BILATERAL	349,24	1.047,72
04.04.01.033-4	SINUSOTOMIA ESFENOIDAL	378,98	1.136,94
04.08.06.044-1	TENOLISE	229,40	688,20

04.04.01.035-0	TIMPANOPLASTIA (UNI / BILATERAL)	618,15	1.854,45
04.09.07.027-0	TRATAMENTO CIRURGICO DE INCONTINENCIA URINARIA POR VIA VAGINAL	372,89	1.118,67
04.08.05.089-6	TRATAMENTO CIRURGICO DE ROTURA DO MENISCO COM MENISCECTOMIA PARCIAL / TOTAL	332,26	996,78
04.06.02.056-6	TRATAMENTO CIRURGICO DE VARIZES (BILATERAL)	582,04	1.746,12
04.06.02.057-4	TRATAMENTO CIRURGICO DE VARIZES (UNILATERAL)	483,37	1.450,11
04.01.02.014-2	TRATAMENTO CIRURGICO DE HIPERCERATOSE PLANTAR (C/ CORRECAO PLASTICA)	302,08	906,24
04.09.01.043-0	TRATAMENTO CIRURGICO DE CISTOCELE	372,54	1.117,62
04.09.04.021-5	TRATAMENTO CIRURGICO DE HIDROCELE	256,97	770,91
04.08.05.088-8	TRATAMENTO CIRURGICO DE ROTURA DE MENISCO COM SUTURA MENISCAL UNI / BICOMPATIMENTAL	578,89	1.736,67
04.08.05.089-6	TRATAMENTO CIRURGICO DE ROTURA DO MENISCO COM MENISCECTOMIA PARCIAL / TOTAL	332,26	996,78
04.04.01.041-5	TURBINECTOMIA	315,65	946,95
03.01.01.007-2	CONSULTA MÉDICA ESPECIALIZADA	10,00	30,00
03.01.01.007-2	CONSULTA PARA AVALIAÇÃO DE ANESTESIOLOGIA	10,00	30,00

7.1.1. Fixa-se o valor máximo de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) para o estabelecido neste Edital, a serem gastos durante a vigência da somatória dos contratos oriundos desse certame, conforme demanda e valores discriminados na tabela acima.

7.1.2. Os valores relativos aos honorários profissionais (cirurgião, auxiliar, instrumentador e anestesista) estão inclusos no valor total do procedimento e serão pagos pelo hospital credenciado aos profissionais envolvidos na realização dos procedimentos, desde que devidamente habilitados e indicados pelo hospital.

7.1.3. Os valores relativos aos serviços hospitalares, profissionais envolvidos, insumos e outros custos previstos para os procedimentos serão pagos diretamente ao hospital credenciado, coma retenção dos encargos incidentes.

7.1.4. Nos preços deverão estar incluídas, além do lucro, todas as despesas de custos de: materiais, mão de obra, equipamentos, transportes, cargas, seguros, salários, encargos sociais e trabalhistas, limpeza do local, custos e benefícios, taxas e impostos, e quaisquer outras despesas, direta ou indiretamente relacionadas com a execução dos serviços.

7.1.5. Prazo máximo para início dos serviços: 15 (quinze) dias após assinatura do contrato.

7.1.6. Prazo máximo para agendamento das cirurgias: 30 (trinta) dias após a solicitação da Secretaria Municipal de Saúde.

7.1.7. A PREFEITURA, por conveniência administrativa, poderá, a qualquer tempo, efetuar revisões dos parâmetros, consumos, índices, insumos e quantitativos constantes das planilhas de custos apresentadas pela CONTRATADA, a fim de efetuar ajustes de eventuais diferenças apuradas no decorrer da execução do objeto contratado.

7.1.8. Notas explicativas importantes:

7.1.8.1. Todos os valores, custos e preços ofertados terão como expressão monetária a moeda corrente do país.

8 - DOS REAJUSTES DE PREÇOS DO CREDENCIAMENTO

8.1. Os preços constantes das propostas serão fixos e irrevogáveis.

8.2. As despesas originadas por esta licitação serão atendidas pela seguinte dotação orçamentária:

8.2.1. Dotação: 04.01. 10.302.0031. 2.009. (54) 33.90.39. – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, no valor de R\$ 300.000,00;

8.3. As dotações elencadas acima constam do orçamento-programa para exercício econômico e financeiro de 2014.

9 - DO CONTRATO

9.1. As credenciadas, após o prazo estabelecido no item 5.3., serão notificadas para num prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados do recebimento da notificação, assinar o termo de contrato, aceitar ou, no mesmo prazo, retirar o instrumento equivalente, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81, da Lei Federal Nº: 8.666/93 e alterações.

9.1.1. A recusa injustificada da vencedora em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitará à mesma as penalidades estabelecidas neste Edital.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Prefeitura.

9.3. É facultado à Prefeitura, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, revogar a licitação, independentemente da cominação prevista no artigo 81, da Lei Federal Nº: 8.666/93 e alterações.

9.4. Decorridos 60 (sessenta) dias da data final para a entrega dos documentos para o credenciamento, sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

9.5. Obrigações da CONTRATADA:

9.5.1. Os procedimentos resultantes da cirurgia (avaliação pós-operatória e retirada de pontos) são de responsabilidade da contratada e a remuneração por estes atos estará inclusa no valor dos procedimentos;

9.5.2. Os valores relativos aos honorários profissionais (cirurgião, auxiliar, instrumentador e anestesista) estão inclusos no valor total do procedimento e serão pagos pelo Hospital Credenciado aos profissionais envolvidos na realização dos procedimentos, desde que devidamente habilitados e indicados pelo hospital.

9.5.3. Os valores relativos aos serviços hospitalares, profissionais envolvidos, insumos e outros custos previstos para os procedimentos serão pagos diretamente ao hospital credenciado, com a retenção dos encargos incidentes.

9.5.4. Somente serão autorizados para realização os procedimentos listados no item 7.1 para os quais não poderão ser emitidas AIH's – Autorização para Internação Hospitalar ou qualquer outro instrumento de cobrança junto ao Sistema Único de Saúde.

9.5.5. Para o pagamento dos honorários profissionais (cirurgia, auxiliar, instrumentados e anestesia) o hospital credenciado deverá habilitar os médicos envolvidos nos procedimentos com toda a documentação relativa que os qualifique.

9.5.6. Os profissionais deverão receber seus honorários médicos através do hospital credenciado nos valores pactuados entre o hospital e seus profissionais, sendo que os valores dos honorários estão inclusos no valor do procedimento contratado com o hospital.

9.5.7. Os hospitais credenciados deverão indicar os colaboradores que deverão ser capacitados para operacionalização do sistema informatizado que será utilizado para registrar a realização dos procedimentos contratados.

9.5.8. Consultas pós operatórias correrão por conta da CONTRATADA.

9.5.9. O hospital deverá garantir o atendimento ao paciente com eventuais problemas nos pós operatório, ainda que o especialista que realizou a cirurgia não esteja no hospital.

9.5.10. A realização da cirurgia deverá ser responsabilidade do especialista indicado pelo hospital, assim como, os atendimentos decorrentes do procedimento para o pós operatório.

9.6. Obrigações da CONTRATANTE:

9.6.1. Os exames e consultas pré-operatórios serão de responsabilidade da PREFEITURA;

9.6.2. Todos os procedimentos serão realizados mediante solicitação do profissional médico responsável pela execução, em instrumento próprio a ser definido pelo MUNICÍPIO DE SANTA GERTRUDES e, com autorização prévia do Gestor Municipal e pelo serviço de regulação do MUNICÍPIO DE SANTA GERTRUDES.

9.6.3. As cirurgias serão autorizadas através do sistema informatizado utilizado pelo MUNICÍPIO DE SANTA GERTRUDES, através de laudo para autorização emitido pelo hospital, mediante o qual os hospitais credenciados deverão confirmar a realização do procedimento depois de autorizados, cadastrados no referido sistema e disponibilizado através da internet.

9.6.4. Intercorrências, próteses, correrão por conta da CONTRATANTE.

10 - DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

10.1. O contrato a ser firmado terá vigência de até **12(doze) meses corridos**, contados da data da sua celebração.

11 - DOS PAGAMENTOS

11.1. Os pagamentos serão realizados 10 (dez) dias após o decêndio de recebimento da nota fiscal, **desde que processada pela contabilidade, e atestada pela unidade requisitante**, ou seja, as notas atestadas nos dias 01 à 10 serão pagas no dia 20 do mesmo mês, as atestadas entre os dias 11 e 20 serão pagas no dia 30 do mesmo mês e as atestadas nos dias 21 à 31 serão pagas no dia 10 do mês subsequente.

11.1.1. As notas fiscais deverão vir acompanhadas de relatório em que constem os nomes dos pacientes atendidos, data, especificação do procedimento.

11.1.2. A Prefeitura, através da tesouraria, fará as retenções dos valores correspondentes às obrigações previdenciárias, tributárias e fiscais, conforme o caso, de acordo com a legislação que disciplina a matéria, sendo que, as guias dos valores retidos serão devidamente recolhidas e encaminhadas suas cópias reprográficas a empresa contratada.

11.1.3. A nota fiscal/fatura encaminhada pela contratada deve estar devidamente discriminada, de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, inclusive no que se refere às retenções tributárias.

11.1.4. No caso de devolução da(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s), por sua inexatidão ou da dependência de carta corretiva, nos casos em que a legislação admitir, o prazo fixado no item 11.1 será contado da data de entrega da referida correção.

11.1.5. Os pagamentos serão efetuados mediante crédito em conta corrente da CONTRATADA, cujos dados deverão estar indicados na proposta financeira da licitante.

11.2. Caso o dia de pagamento coincida com sábados, domingos, feriados ou pontos facultativos, o mesmo será efetuado no primeiro dia útil subsequente sem qualquer incidência de correção monetária ou reajuste.

11.3. No caso da Prefeitura atrasar os pagamentos, estes serão atualizados financeiramente “pro rata dies”, pelo IGPM/FGV/SP – Índice Geral de Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo/SP, em vigor na data do efetivo pagamento, ou outro índice que vier a substituí-lo a critério da Prefeitura.

11.4. O e-mail que deve ser cadastrado para envio das notas fiscais é o nfe@santagertrudes.sp.gov.br.

12 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. O credenciado ficará sujeito as seguintes penalidades, por inobservância as condições estabelecidas neste Edital e no Contrato de Chamamento:

12.1.1. Advertência escrita com prazo para sanar a pendência;

12.1.2. Aplicação de multa no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), dobrada em caso de reincidência;

12.1.3. Sanções previstas na Lei 8.666/93.

13 – DOS ANEXOS

13.1. Fazem parte integrante e indissociável deste Edital, como se nele estivessem transcritos, os seguintes anexos:

13.1.1. Anexo A – Modelo de Requerimento para Credenciamento;

13.1.2. Anexo B – Modelo de Listagem de Procedimento;

13.1.3. Anexo C - Formulário de Dados Cadastrais;

13.1.4. Anexo D – Modelo de Relação dos Profissionais da Empresa;

13.1.5. Anexo E – Modelo de Declaração de Capacidade Técnica;

13.1.6. Anexo F – Minuta do Contrato.

14 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

14.1. Poderão participar deste Edital de Chamamento Público as pessoas jurídicas devidamente constituídas e enquadradas no ramo de cirurgias médicas.

14.2. A Prefeitura poderá solicitar, de qualquer interessado, informações e esclarecimentos complementares para perfeito juízo e entendimento da documentação ou proposta apresentada.

14.3. A Prefeitura poderá revogar este Edital por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, podendo também, anulá-lo, sem que caiba aos interessados o direito a qualquer indenização, reembolso ou compensação, quando for o caso.

14.4. Os recursos administrativos ao presente Edital deverão ser apresentados durante o horário de expediente da Prefeitura, de segunda a sexta-feira, das 09:00 às 16:00 horas, à Rua 01A, 332, Centro, Santa Gertrudes/SP, de acordo com o artigo 109 da Lei 8.666/93.

14.5. Pela elaboração e apresentação da documentação e proposta, os interessados não terão direito a auferir vantagens, remuneração ou indenização de qualquer espécie.

14.6. É expressamente vedada a transferência do credenciamento para terceiros sem a prévia e escrita autorização da Prefeitura.

14.7. A Prefeitura poderá, através de comunicação escrita e por prazo nunca inferior a 90 (noventa) dias, retomar, sem indenização de qualquer espécie, o referido credenciamento, desde que o mesmo esteja sendo explorado em desconformidade com o estipulado por este Edital, bem como se o mesmo se revelar insuficiente para o atendimento dos usuários, ou, ainda, se deixar de atender ao interesse público.

14.8. Não havendo mais interesse do credenciado em explorar o objeto do permissionamento, o mesmo deverá comunicar a Prefeitura com antecedência, estabelecendo um prazo mínimo de 30 (trinta) dias para o encerramento das atividades.

14.9. As dúvidas surgidas na aplicação no presente Instrumento Convocatório, bem como os casos omissos, serão resolvidas pela Secretaria Municipal de Saúde.

14.10. Fica eleito o Foro desta Comarca de Rio Claro/SP para solução em primeira instância, de quaisquer questões suscitadas na execução deste contrato não resolvidas administrativamente.

14.11. Para conhecimento do público, expede-se o presente Edital de Chamamento, que será afixado no mural de avisos da Prefeitura, e seu extrato será publicado na imprensa oficial e regional.

Santa Gertrudes/SP, 02 de junho de 2014.

Rogério Pascon
Prefeito Municipal